

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL–NIGÉRIA:

Coefficiente religioso do Candomblé

BRAZIL-NIGERIA BILATERAL RELATIONS:

Candomblé religious coefficient

Wesley Felipe da Silva Siqueira (FADIC)¹

RESUMO

As teorias mais tradicionais das Relações Internacionais enfatizam o papel do estado nacional como principal e único motor do sistema internacional, marginalizando a inclusão dos fenômenos sociais. Entretanto, outras conjunturas teóricas, a exemplo de óticas liberais, entendem que atores não-estatais também movimentam a esfera internacional do poder e, inclusive, demonstram a importância e a influência religiosa no debate dos paradigmas da disciplina. O fator religioso no Brasil submete-se aos contrastes sociais, no qual religiões como o candomblé, integrante da cultura afrodescendente trazida ao país, perpassaram por uma desigualdade sistemática que se refletiu na irrelevância destas para o estudo das Relações Internacionais. O presente trabalho propõe demonstrar como atores religiosos historicamente discriminados no Brasil – as religiões de matriz africana – protagonizaram episódios importantes das relações bilaterais entre Brasil e Nigéria dentro da perspectiva de cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Relações Brasil-Nigéria. Cooperação Sul-Sul. Religiões de Matriz Africana.

ABSTRACT

The most traditional International Relations theories emphasize the role of the national state as the main and only motor of the international system, sidelining the inclusion of social phenomena. However, another theoretical conjuncture, such as the liberal theories, perceive that non-state actors are also spinning the international wheel of power, and even demonstrate the religious importance and influence in the debate of the subject's paradigms. In Brazil, the religious factor is subjugated to the social inequality, in which religions like *Candomblé*, part of afrodescendant culture brought to the country, runs through a systematic inequality that was

¹ Graduando o terceiro período do Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC). E-mail: wesleyfelipess@hotmail.com

reflected in the irrelevance of these in the study of International Relations. This work's purpose is to demonstrate how religious actors historically discriminated in Brazil – African matrix religions – played a role in important episodes of Brazil-Nigeria bilateral relations within the perspective of South-South cooperation.

Keywords: Brazil-Nigeria relations. South-South cooperation. African matrix religions.

INTRODUÇÃO

Religião e relações internacionais mantêm um diálogo bastante anterior ao entendimento dessas como objeto de análise científica. Enquanto instrumento político, a religião antecede a fé, e através da expansão das diversas crenças ao redor do mundo iniciava-se uma expansão das relações entre os estados, à medida que é perceptível, nos séculos passados, o constante uso de parâmetros e princípios religiosos por atores políticos e estatais. Nesse contexto, faz-se necessário entender uma conceituação de *religião* dentre as diversas definições existentes, a fim de se adequar às abordagens deste artigo. Segundo o sociólogo alemão Erich Fromm, a religião vem a ser “qualquer sistema de pensamento e ação compartilhado por um grupo que **dá ao indivíduo um referencial de orientação** e um objeto de devoção.” (FROMM, 1972, p. 22, grifo meu). De forma complementar, na obra dos sociólogos americanos Charles Glock e Rodney Stark encontramos as religiões como “sistemas institucionalizados de crenças, símbolos, valores e práticas que fornecem a grupos de homens **soluções para as suas questões de sentido último.**” (GLOCK E STARK, 1969, p. 17, grifo meu). Os atores religiosos encontram-se expressados através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições políticas, templos ou espaços próprios de manifestação das crenças, grupos fundamentalistas e entre outros.

Destaca-se aqui a importância do elemento religioso como condutor espiritual para os dilemas da vivência humana, no qual é presente nas mais diversificadas matrizes religiosas. À vista disso, há pertinência em ressaltar este papel pelos cultos afro-brasileiros para os negros escravizados desde o Brasil colonial. As religiões de matriz africana, que podem ser entendidas como *manifestações culturais, religiosas e espirituais, fundamentadas teológica e filosoficamente em tradições originárias do continente africano, no qual foram adaptadas a novos contextos étnico-religiosos através do sincretismo*, encontram-se praticadas em seus terreiros, espaços próprios de realização destes cultos. Estes, por sua vez, tornaram-se “núcleos privilegiados de encontro, lazer e solidariedade para negros, mulatos e pobres em geral que

encontravam ali espaço onde reconstituir suas heranças e experiências sociais, afirmando sua identidade cultural. ” (NASCIMENTO, 2010, p. 930). Além do significado religioso e étnico-cultural, o terreiro carregava em si a simbologia da resistência ao regime dominante:

O terreiro passa a ser associado ao protesto do negro contra a escravidão, havendo relações de estreita ajuda entre quilombos e terreiros, que tanto colocando sua organização a favor da luta pela libertação como no plano religioso promovendo sua crença a seus comuns na esperança da transformação dessas condições, serviam de refúgio a escravos fugidos ou revoltosos que se escondiam da perseguição dos capitães-do-mato e da guarda (Ibid., p. 933).

Ao mesmo tempo em que se percebe a relevância singular dessas expressões religiosas, torna-se necessária a compreensão de seus indicadores globais e nacionais. Baseado no maior banco de dados sobre demografia religiosa, o portal *Adherents*, as religiões de matriz africana, em 2005, atingiram o quantitativo de 100 milhões de adeptos pelo mundo², superando estatisticamente religiões de grande popularidade como Espiritismo (15 milhões) ou Judaísmo (14 milhões). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os principais expoentes destas raízes afro-brasileiras, a Umbanda e o Candomblé, somados totalizaram mais de 500 mil adeptos por todo o país³ em 2010. Ainda que seja indubitável a significativa dimensão numérica de pessoas compartilhando destas determinadas crenças, identifica-se bastante despreço e desinteresse em estudá-las no meio acadêmico dentro da esfera internacional, diferentemente das recorrentes obras sobre Islamismo, Cristianismo ou Hinduísmo como atores importantes nos espaços de poder político. Este fenômeno se dá em decorrência do processo de exclusão⁴ sofrido pelos afrodescendentes no Brasil e demonstra que

² HUNTER, P. **Major Religions of the World Ranked by Number of Adherents**. Adherents, 2005. Disponível em: <http://www.adherents.com/Religions_By_Adherents.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2016. [Nestes dados estatísticos são combinadas como um grande grupo religioso as religiões tradicionais africanas e as da diáspora africana.]

³ IBGE, Censo Demográfico 2010.

⁴ Entendendo a exclusão como “processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro, e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. ” (SAWAIA, 1999, p. 9).

a estrutura de desigualdade histórica se reflete no âmbito religioso e nas relações internacionais, tal qual no acesso a direitos básicos como Saúde, Educação, Habitação e Renda⁵.

Embora constataremos isso, é possível reconhecer historicamente a presença de religiões de matriz africana nas relações interestatais, no qual será compreendida por meio de duas perspectivas factuais: A primeira, incorporada à Política Externa Independente, durante a segunda metade do século XX; e posteriormente, uma narrativa situada na contemporaneidade⁶, após a retomada da política externa brasileira voltada para a África. Através destas abordagens pretende-se expor uma excepcional e importante atuação desses grupos religiosos, presente na política externa brasileira direcionada para o continente da África, a partir, principalmente, do Estado da Nigéria. Convém, antes, contextualizar essas relações bilaterais e seus precedentes analítico-teóricos, englobando, inclusive, a interação entre as relações interestatais e as religiões.

Relações Internacionais e Religião: Um breve histórico.

Segundo Scott Thomas, “a cultura e a religião veio a ser negligenciada ou marginalizada nas relações internacionais por causa do impacto da teoria da modernização” (THOMAS, 2005, p. 50), entendendo por modernização a “ transformação completa da infraestrutura econômica, social, cultural, e política dos países em desenvolvimento” (Ibid., p. 51). Pedro Soares (2012, apud THOMAS, 2005, p. 54) indica que para entender a origem da marginalização da religião no contexto internacionalista, faz-se necessário o foco na origem do sistema de Estados modernos nos Tratados de Vestfália (1648)⁷, o primeiro tratado interestatal da Era Moderna assinado em decorrência de guerras religiosas internacionais⁸, no qual:

Pode-se argumentar que o acordo de Vestfália estabeleceu uma teologia política para as relações internacionais modernas. É uma doutrina que prescreve qual deve ser o papel da religião e da autoridade política na política nacional e internacional, a qual

⁵ De acordo com Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “A pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país. Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Imiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça [...] (PINHEIRO, et al, 2008, p. 11).

⁶ Assumindo como “contemporâneo” o recorte espaço-temporal do século XXI.

⁷ Série de tratados que “deu fim à Guerra dos trinta anos, no qual caracterizou a existência de uma autoridade suprema [estado soberano] sobre um determinado território” (LAKE, 2003, p. 305-306).

⁸ Conflito entre católicos e protestantes ocorrido na Europa de 1618 a 1648, conhecida por Guerra dos trinta anos.

perdurou por 300 anos – desde o século XVII até o final do século XX. Talvez, a rejeição da religião foi mais forte no estudo das relações internacionais do que em muitas outras áreas das ciências humanas e sociais devido à maneira como esta teologia política das relações internacionais minou o estudo da religião nesta área acadêmica. O sistema vestfaliano – a ênfase no Estado, o sistema estatal, não-intervenção, e um conceito de segurança estritamente definido como segurança militar foi aceito no início da Europa moderna como parte da mitologia política do liberalismo, que em termos de relações internacionais foi também um argumento sobre segurança – para pôr fim às guerras religiosas. Religião neste cálculo foi considerada a maior ameaça para a ordem, civilidade e segurança (THOMAS, 2005, p. 55, tradução minha).

De acordo com Pedro Soares (2012, apud PHILPOTT, 2000, p. 206-245) estes princípios dos tratados de Vestfália “estabeleceram as raízes para a escola realista [...], pondo a religião fora do foco da política internacional”. O estudo das Relações Internacionais tem sido dominado pela perspectiva realista, neorrealista, ou realismo estrutural (THOMAS, 2005, p. 55) e esta se impõe como visão de mundo dominante entre analistas e tomadores de decisões (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p.20). O realismo clássico herda as tradições do pensamento de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, configurando premissas comuns à esta escola de pensamento. Algumas destas premissas⁹ são a centralidade do *Estado*, objetivando principalmente a *sobrevivência*, que é garantida pela função do *poder*, através da *autoajuda* ou por meio das alianças, e a resultante *anarquia internacional* (Ibid., p. 23). Segundo Thomas (2005, p. 55-56) a razão do realismo ter sido capaz de marginalizar a religião é porque possui o seu “foco nos estados e na interação interestatal na sociedade internacional, no poder militar como forma de poder dominante nas relações internacionais, e a segurança internacional como questão principal do confronto dos estados nas relações internacionais”. Com isso, a religião, bem como outros aspectos socioculturais passam a ser menosprezados nas conjecturas internacionalistas, onde a correlata disciplina acadêmica, no contexto pós primeira guerra mundial, observava a religião como imprópria e de pouca importância analítica para explicar as agendas internacionais (SOARES, 2012, p. 60).

Por outro lado, nas circunstâncias conflituosas da segunda grande guerra, havia uma tendência teórica na Inglaterra que necessariamente não se alinhava com a cosmovisão predominantemente realista, principalmente em universidades internacionalmente reconhecidas como a *London School of Economics and Political Science* e a *University of Cambridge*. Surge, então, a Escola Inglesa das Relações Internacionais, a qual percebia a

⁹ Para uma definição ampla das respectivas premissas, ver: MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 24-31

evolução e o desenvolvimento de uma nova “sociedade internacional¹⁰” (HAYNES, 2014, p. 98) caracterizada pela preocupação com a moralidade, enfatizando problemas da coexistência, cooperação, e conflito, especialmente em relações entre os estados soberanos (Ibid., p. 99). Alguns pensadores como Martin Wight, Donald MacKinnon, e Herbert Butterfield, foram responsáveis por um importante aspecto da Escola: a sociologia histórica de diferentes sistemas estatais mostrando a importância da religião e da história mundial para o estudo das relações internacionais (THOMAS, 2005, p. 57). Outro autor da Escola Inglesa, Adam Watson, conclui (2004, p. 442) que a religião representou um elemento frequente e enriquecedor do processo de evolução da sociedade internacional por meio da história das civilizações.

Prontamente, encontramos na perspectiva liberal das relações internacionais a premissa de que o estado não é mais o ator central na política global (HAYNES, 2014, p. 101). Segundo Jonathan Fox e Shmuel Sandler (2004, p. 169), o liberalismo postula a necessidade de construção de normas e instituições internacionais a fim de se criar uma civilização global que trará paz e prosperidade para todos, e ainda, normas religiosas podem ser usadas para preencher a lacuna entre culturas e até resolver conflitos prolongados. Ademais, para o entendimento liberal internacionalista, a religião constitui-se como base para a legitimidade política, e consequentemente, estrutura a existência das normas internacionais (Ibid., p. 36); e também o crescimento das relações transnacionais aponta para relevância dos atores não-estatais, especialmente corporações transnacionais e organizações internacionais das diversas naturezas, incluindo grupos religiosos transfronteiriços (HAYNES, 2014, p. 101), reconhecendo a importância dos atores religiosos.

Tornou-se praticamente impossível, na atualidade, entender as relações internacionais como completamente seculares. Existe um número importante de atores religiosos ativos nas relações internacionais, estatais e não-estatais, (Ibid., p. 114) sendo estes analisados por dois principais prismas. O primeiro, e o mais recorrente, entende que a religião têm sido a influência mais poderosa para valores, moral, normas e práticas da sociedade; bem como ator não-estatal causador de grande impacto na natureza do próprio estado, suas leis, instituições e seu processo governamental (WILKINSON, 2010, p.74). A atuação religiosa pode ser pacífica, inspiradora ou libertária - o pacifismo de Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr. durante o Movimento

¹⁰ Soares (2012, p. 63-64) enfatiza que “a ideia de sociedade internacional hoje deve ser vista com relação ao fenômeno da globalização, na qual a troca política, econômica e cultural intensifica mudanças na configuração de um Estado. [...] A sociedade internacional atualmente é composta por atores governamentais, atores não-governamentais, Estados, empresas transnacionais, sindicatos, partidos políticos, Igrejas e outras organizações representativas de diferentes tradições religiosas, indivíduos que, a partir de seu prestígio e título pessoal, exercem atividades de destaque no mundo.”

dos Direitos Civis ou a Teologia da Libertação latino-americana; assim como é possível a representação por fatos divergentes, conflituosos ou hediondos – o Tribunal da Santa Inquisição, o radicalismo terrorista islâmico ou o primeiro movimento da Ku Klux Klan. Dentro destas abordagens é perceptível que a religião figura indiretamente no espaço internacional através dos indivíduos ou das instituições.

Por outro lado, líderes, movimentos, e instituições religiosas são capazes de intervir diretamente na política internacional, servindo, por exemplo, como um aliado poderoso na luta pela liberdade política e democracia, ou através da imposição de um regime teocrático autoritário (Ibid., p. 60). Além disso, o protagonismo religioso consegue ser um intermédio para o estabelecimento, consolidação ou apaziguamento de relações diplomáticas, a exemplo da recente reaproximação histórica entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba por meio do Papa Francisco¹¹, no qual resultou na reabertura das embaixadas de ambos países, após 54 anos de rompimento de relações diplomáticas¹² à luz da guerra fria. Em conformidade com esta ótica, encontra-se o fortalecimento do diálogo entre Brasil e o continente da África, evidenciando-se paralelamente aos estados as religiões de matriz africana.

Caminhos da relação Brasil-África até a Política Externa Independente

A diáspora africana dispersou pelo mundo diversas etnias possuidoras de cultura, língua, culinária, ideologias e religiões próprias. Dentre os diversos grupos étnicos que, forçadamente, foram direcionados para o Brasil, nos quais eram oriundos, principalmente, da região costeira da África Ocidental, destaca-se a presença da matriz étnica do povo Iorubá¹³. Os iorubás adentraram ao país em um momento de intenso tráfico negreiro, sobretudo procedentes da Nigéria atual. Isto se deu em consequência das guerras étnicas que ocorriam na região, processo ocorrido na última fase do tráfico transatlântico, no século XVIII e XIX, no qual os iorubás foram empregados, em sua maioria, em trabalhos urbanos e domésticos na cidade de Salvador (CASTRO, 1995, p. 30). Diante deste cenário, Santos (et al, 2016) entende que:

¹¹ Papa Francisco intermediou aproximação entre EUA e Cuba. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1563703-papa-francisco-intermediou-aproximacao-entre-eua-e-cuba.shtml>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

¹² Estados Unidos e Cuba reabrem suas embaixadas depois de 54 anos. El País, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/19/internacional/1437329072_097279.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2016

¹³ Conforme o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa: “povo africano do sudoeste da República Federal da Nigéria, com grupos espalhados também pela República do Benim e pelo norte da República do Togo [Trazido em grandes levas para o Brasil, onde recebeu a denominação de nagô, esse povo exerceu na Bahia forte domínio social e religioso sobre outros grupos também escravizados, exceto sobre os grupos islamizados.]”

A vinda desse grande contingente iorubano para a Bahia estabeleceu uma relação de aproximação desse estado da federação brasileira com a África ancestral e consolidou um caminho de diálogos interculturais. Nesse sentido, tanto para o bem como para o mal, a tradição iorubá, sedimentada na Bahia, foi capaz de alimentar fluxos e refluxos em prol de uma ideia primária de cooperação Sul-Sul, uma construção que envolveu aspectos de mercado, mas, também, outras solidariedades de natureza afetiva e identitária (p. 91).

A ênfase aqui prestada aos iorubás ocorre pelo fato de que a partir deste grupo étnico observa-se a implantação hierárquica na estrutura religiosa das casas de culto afro-brasileiras, arregimentada nas tradições do Antigo Império Iorubá (LIMA, 2012, p. 268-270). Além disso, existe a influência direta dos cultos tradicionais deste grupo nas religiões afro-brasileiras trazidos pela diáspora negra, tanto quanto a importância dos Iorubás serem entendidos como uma das principais “nações”¹⁴ do Candomblé.

Segundo Santos (et al, 2016, p. 91-92), a partir do século XIX, ainda antes do final da escravidão, inicia-se o refluxo de negros brasileiros ao continente africano, dentre libertos e deportados, sobretudo, para a região do Golfo do Benin. Em meio a esse refluxo, e no esteio dos processos de afirmação da cultura iorubana, surgem importantes contribuições na construção do olhar brasileiro rumo à África mítica¹⁵, a exemplo do baiano Martiniano Eliseu do Bonfim, do francês Pierre Verger e do português Agostinho da Silva. Esses personagens empreenderam um “verdadeiro movimento político de aprofundamento dos diálogos do Brasil com a África”, gerando “frutos significativos na construção dessa narrativa ainda em formação”. Dentro deste cenário, ocorre uma série de esforços intelectuais para a afirmação da existência de uma cultura religiosa automeada “africana”, a qual apontava para uma cultura brasileira multi-identitária. A comunidade de brasileiros, que após a escravidão rumou para as terras iorubanas, desponta na produção intelectual e torna-se um interesse de Estado no início dos anos 1960 (Ibid., p. 93-94).

Nesse cenário de fomento à cultura iorubana, destaca-se a atuação política e intelectual de Agostinho da Silva, que é enfatizada na obra *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil* (2005), por Jocélio Teles do Santos:

A sua concepção de uma política externa em direção ao continente africano haveria de ser adotada e implementada pelo governo Jânio Quadros. No âmbito do que viria

¹⁴ Divisões feitas no candomblé a partir das tradições étnicas, da língua sagrada utilizada nos rituais e, principalmente, pelo conjunto de divindades veneradas.

¹⁵ “Compreendemos mito como uma forma poético-narrativa, que pode tudo ou nada ter a ver com mistificação. O mito age poeticamente, ao unir natural e sobrenatural (humanos e orixás) na construção da narrativa.” (SANTOS, et al, 2016, p. 93).

a ser denominada a nova **política externa independente**, a África tornava-se o espaço histórico e geográfico, por excelência, da política internacional brasileira. Desde o final dos anos cinquenta, ainda no governo Juscelino Kubitschek, a ação de Agostinho da Silva [...] pode ser visualizada. Em 1959, Agostinho da Silva chega a Salvador propondo ao Reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgar Santos, a criação de um centro de estudos voltado para os estudos tanto da África quanto da relação desse continente com o Brasil. Em um ambiente ainda de resistências das elites baianas, a intenção se concretizaria com a decisão do reitor de criar o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA [...]. Se o fomento dessa proposta política estava circunscrito ao âmbito cultural da Universidade, foi a atitude de Agostinho da Silva, para com o recém-empossado Presidente Jânio Quadros, que levaria a política externa brasileira a outros mares nunca dantes navegados. (SANTOS, 2005, p. 27-28, grifo meu).

Em pouco tempo Agostinho seria elevado à condição de assessor da presidência da República para assuntos diplomáticos no governo de Jânio Quadros, em relação aos países africanos, sendo considerado o precursor da primeira geração de políticas de cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (SANTOS, et al, 2016, p. 94). A Política Externa Independente¹⁶ (PEI) continuada e intensificada por Quadros identificou o discurso diplomático brasileiro de janeiro de 1961 a março de 1964, marcando o início de uma nova fase mundial e multilateral (VISENTINI, 2013, p. 47). Em outubro de 1961 é publicado o “Brazil’s New Foreign Policy”, definindo a política brasileira referente à África. O presidente Jânio Quadros (1961, p. 24) argumenta que a África “hoje [à época] representa uma nova dimensão na política brasileira”, na qual estamos “conectados àquele continente através de nossas raízes étnico-culturais”. Ademais, Quadros postula que nosso país deveria ser a “ponte entre a África e o Ocidente, uma vez que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos”. Inclusa neste contexto é que a Nigéria figura como um dos principais nomes dessa parceria na África, diante da prontidão do estado brasileiro em reconhecer a independência da Nigéria (1960) e estabelecer relações diplomáticas, criando a Embaixada do Brasil em Lagos (1961)¹⁷ - antiga capital nigeriana e sede da primeira embaixada brasileira no continente africano. A datar desta época, a Nigéria

¹⁶ Segundo San Tiago Dantas (1962, p. 6) os princípios da PEI podem ser aglutinados em cinco postulados básicos: a) a defesa da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento geral; b) o apoio aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao direito internacional; c) o suporte à emancipação dos territórios ainda não autônomos, sob qualquer designação jurídica; d) autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional; e) a ampliação dos mercados externos para a produção brasileira, através de facilidades alfandegárias em relação à América Latina e da intensificação do comércio com todos os países, inclusive os da comunidade socialista.

¹⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relações Bilaterais, República Federal da Nigéria. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5602-republica-federal-da-nigeria> >. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

sempre se evidencia entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil – e, no continente africano, é, por larga margem, o principal¹⁸.

A política externa independente de Quadros também foi marcada pelo apoio à descolonização de países do Terceiro Mundo, principalmente da África Portuguesa, bem como a abertura de diversas embaixadas e consulados no mundo afro-asiático, representando uma alteração sem precedentes dentro da política exterior brasileira (VISENTINI, 2013, p. 49-50). Este direcionamento da política externa perpassa ainda o governo de João Goulart e perdura até o final do Governo Sarney – ainda que afetado pelos retrocessos cometidos durante a política externa do regime militar adotada nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva – segundo a lógica pela qual visa suprimir a condição de subalternidade das relações exteriores brasileiras a respeito dos Estados Unidos e ao conjunto de países do centro (VISENTINI, 2004 apud MACHADO, 2013, p. 33-38). Conexamente, a cientista política e socióloga argentina Gladys Lachini, acerca das diretrizes brasileiras para a África, afirma que:

As elites brasileiras aspiravam participar da multipolaridade emergente, aumentando suas responsabilidades internacionais, sob a ideia subjacente do Brasil como potência média. Neste contexto, aproximar-se dos países africanos era uma questão de princípios, para promover o desenvolvimento da solidariedade entre os países "do Sul". Mas também com a ideia de garantir uma presença internacional que aumentasse a capacidade de influência do país em questões globais, a partir de uma maior diversificação das suas relações externas e alianças - tanto políticas quanto econômicas - com os novos estados do Sul. Assim, pode-se notar que as relações do Brasil com a África foram incluídas em um projeto diplomático que manteve uma relativa continuidade desde o início dos anos sessenta até meados dos anos oitenta. Assim, África, do discurso à prática, principalmente ocupou a posição de parceira política para fortalecer o peso externo do país ou o do próprio continente em questões globais (2006, p. 107-108, tradução minha).

Retomada do diálogo diplomático com a África e Visita do Rei de Oyo à Bahia em 2014

A historiografia recente da diplomacia brasileira indica que a política africana do Brasil foi pautada por três impulsos descontínuos, em que se constituem estágios correspondentes aos cenários de projeção brasileira no sistema internacional (MILHORANCE, 2013, p. 7; SANTOS, et al, 2016, p. 95). A primeira onda remonta justamente à época anteriormente enfatizada, década de sessenta, enquanto vigorava a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart. A histórica relação desigual Norte-Sul leva o Brasil à uma política externa de não-alinhamento, tratando a temática do subdesenvolvimento como crucial para os

18

Ibidem.

países do terceiro mundo, figurando como a primeira vinculação do Brasil à agenda Sul-Sul¹⁹ (SANTOS, *Ibid.*, p. 95) – E nesse contexto entra a Nigéria como um dos principais nomes dessa parceria na África (MELOS; MEROLA, 2013, p. 52-53). O final deste período é marcado pela instauração da ditadura militar, e Santos entende (*Ibid.*) que esta deu fim à agenda de diálogos diplomáticos com países das origens étnicas constitutivas das bases do candomblé no Brasil, em que o “desencontro” vai ser percebido “por grupos da diáspora religiosa”.

A segunda onda, compreendida na década de setenta, caracterizou-se pelo direcionamento da política brasileira para os países africanos lusófonos, caminhando pelos trilhos do Pragmatismo Ecumênico e Responsável de Geisel²⁰, voltada para um multilateralismo despido de ideologias e com o foco estabelecido sobre os interesses nacionais (MILHORANCE, 2013, p. 8; SANTOS, et al, 2016, p. 95). Este impulso perde um pouco de sua força nos anos 1980 e 1990, em que o Brasil não se projeta “nem para a África lusófona, nem para a memória ancestral iorubana”, percebendo uma “interrupção das relações Sul-Sul do Brasil em relação à África” (SANTOS, *Ibid.*, p. 96). Neste ínterim, Visentini (2013, p. 87) argumenta que a presença brasileira na África foi limitada pela recessão da chamada “década perdida”, e além disso, apesar dos entraves, foi possível a solidificação dos laços com a Nigéria nos campos político, econômico (principalmente pelo petróleo importado pelo Brasil) e cultural.

Por fim, encontramos no governo Lula a terceira onda de cooperações Brasil-África, de forma intensificada, no qual foram empreendidos esforços em favor do retorno estratégico do diálogo diplomático com o continente, tanto quanto as ações de cooperação internacional (MILHORANCE, *Ibid.*; SANTOS, *Ibid.*). A aproximação com a África através das Reuniões de Cúpula África-América do Sul (ASA); o estabelecimento de uma associação entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU); bem como os 29 países visitados e as 17 novas embaixadas brasileiras abertas no continente, evidenciam a cooperação Sul-Sul ao *status* de política de Estado, representando a política externa efetivamente como estratégia de alcance do prestígio regional do Brasil no eixo Sul (VISENTINI, *Ibid.*, p. 116; SANTOS, *Ibid.*). A era Lula define-se, nos últimos anos de sua gestão, pela sucessão do alto nível nas relações entre o Brasil e a África.

¹⁹ Características principais deste momento: O Brasil realiza a abertura de embaixadas em países independentes – Gana, Nigéria e Senegal – e apoia politicamente movimentos de libertação colonial (MILHORANCE, 2013, apud HIRST, 2010).

²⁰ Ver: VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012**: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 74-79.

Dado o quadro histórico de intensificação dessas relações transcontinentais, retornamos para a mítica de uma África iorubana nas terras brasileiras. Em meados do ano de 2014, o Alaafin²¹ de Oyó²², Oba Adeyemi III, junto com sua comitiva, visitou alguns dos principais pontos históricos de matrizes africanas em Salvador, seguindo um roteiro organizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), através do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI)²³. A tradição iorubana conta que o Alaafin é descendente direto de Odudua²⁴, o fundador e primeiro ancestral dos iorubás, sendo o detentor legítimo do poder da coroa de Xangô²⁵. O candomblé agiu neste momento histórico como um importante ator das relações bilaterais Brasil-Nigéria contemporâneas, tendo em vista que a vinda da comitiva do Alaafin de Oyo apenas foi possível a partir da ampla articulação política das comunidades tradicionais de terreiro da Bahia, as quais foram capazes de mobilizar atores governamentais do Brasil e da Nigéria (SANTOS, *Ibid.*, p. 97). Santos (*Ibid.*) demonstra fatos desta importância do candomblé no contexto da visita do rei de Oyo:

Mais do que um encontro de natureza religiosa, como é o caso das visitas do papa, de bispos protestantes, de monges budistas ou qualquer outra liderança religiosa, esse foi um momento redentor para os processos de reconhecimento da narrativa negra no Brasil. Em um país que passou pela experiência da escravidão e cujas expressões religiosas de matriz africana tiveram papel definitivo nos processos de articulação e emancipação social do negro, esse momento significou o reencontro dos descendentes da diáspora de outrora causada pela indústria colonial escravagista. [...] Não sem razão, ao tomar conhecimento das casas de candomblé no Brasil e de suas vinculações com a tradição iorubana, o próprio Alaafin, por meio do antropólogo Fabio Lima e do Baba Sivanilton Encarnação da Mata, pediu apoio para que as cinco casas tombadas ajudassem a **compor uma mobilização transnacional** capaz de sensibilizar o governo nigeriano em prol da preservação da **cidade de Oyo e da consequente indicação dela como Patrimônio Universal da Humanidade pela UNESCO**. [...] Respondendo ao apelo, as cinco comunidades tradicionais tombadas envidaram esforços no sentido de **mobilizar o Estado brasileiro em prol desse objetivo**, num **verdadeiro exercício de paradiplomacia** desses atores com o fito de **mobilizar a diplomacia oficial brasileira** para uma causa que também diz respeito ao país, qual seja, seu dever de também salvaguardar esse patrimônio compartilhado entre o Brasil e a Nigéria. Nesse sentido, **a agenda da cooperação Sul-Sul**, utilizada politicamente

²¹ Título do Oba (Rei), em tradução livre do Iorubá *Aláàfìn Òyó*.

²² A cidade de Oyo localiza-se no Estado com o mesmo nome, na região sudoeste da Nigéria. Esta cidade foi capital de um império da África Ocidental, fundado por iorubás no século XV, tendo ocupado grande parte da África Ocidental, desde onde hoje é a Nigéria, passando pelo Benin e pelo Togo, até ao Gana. O império cresceu para se tornar um dos maiores estados do Oeste africano.

²³ Centro Histórico de Salvador recebeu visita do rei nigeriano de Oyo. Secretaria de cultura do estado da Bahia, 2014. Disponível em: <<http://www.centrodeculturas.ba.gov.br/2014/07/15385/Centro-Historico-de-Salvador-recebeu-visita-do-rei-nigeriano-de-Oyo.html>>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

²⁴ Do Iorubá *Odùduwà*, uma das divindades primordiais iorubás, representando a divinização da terra e participando da fundação do universo.

²⁵ Conforme a matriz religiosa dos Iorubás, é uma divindade masculina, sendo o rei dos reis e um guerreiro poderoso.

de modo reverso, serviu de constrangimento discursivo dessas comunidades para a mobilização de órgãos do executivo nacional, a exemplo do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura e da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, bem como de órgãos do executivo do governo do estado da Bahia e da própria prefeitura de Salvador (p. 97, grifo meu).

Torna-se evidente a dimensão da atuação dos grupos religiosos afro-brasileiros – atores não-estatais – ao salientarmos a potencialidade de se mobilizar atores nacionais e internacionais em favor do resgate, preservação e promoção das tradições étnico-culturas iorubanas historicamente compartilhadas entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando as abordagens históricas, analíticas, quantitativas e bibliográficas do presente trabalho, consideramos as religiões de matriz africana como um importante referencial orientador dos questionamentos humanos e anseios espirituais para os grupos formados pelos afrodescendentes, assumindo historicamente o papel de (re)afirmação das tradições culturais, étnicas, linguísticas e identitárias, bem como espaço de resistência à escravidão. Entendemos que mesmo em grande número de adeptos pelo mundo, esses grupos religiosos são pouco referenciados em estudos do âmbito internacionalista, ao compararmos com outras matrizes religiosas, fazendo parte de um processo de reflexão da estrutura de desigualdade histórica sofrida pelos afro-brasileiros. Em decorrência desta problemática, retomamos o histórico do estudo das religiões nas relações internacionais e evidenciamos, por meio de circunstâncias e referências da política externa brasileira direcionada ao continente africano, o coeficiente religioso do candomblé nas relações bilaterais Brasil-Nigéria.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Yeda P. Dimensão dos aportes africanos no Brasil - artigo. **Afro-Ásia**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 16, p. 24-35, 1995.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

FOX, Jonathan; SANDLER, Shmuel. **Bringing religion into international relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

- FROMM, Erich. **Psychoanalysis and religion**. New York: Bantam Books, 1972.
- GLOCK, Charles; STARK, Rodney. **Religion and society in tension**. Chicago: Rand McNally & Co, 1969.
- HAYNES, Jeffrey. **An Introduction to International Relations and Religion**. London; New York: Routledge, 2014.
- HIRST, Mônica. **As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul**. Rio de Janeiro: Cebri, 2010.
- HOUAISS, Antônio. Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **Versão eletrônica**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v2-3/html/index.htm#0>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.
- LACHINI, Gladys. **Argentina y África en el espejo de Brasil: ¿Política por impulsos o construcción de una política exterior?**. Buenos Aires: CLACSO, 2006
- LAKE, David. The New Sovereignty in International Relations - artigo. **International Studies Review**, Oxford, v. 5, p. 303-323, 2003. Disponível em: <<https://quote.ucsd.edu/lake/files/2014/07/ISR-5-3-2003.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.
- LIMA, Claudia. A estrutura social, política e religiosa do antigo império iorubá, como modelo original no processo da hierarquização das casas de culto das religiões afro-brasileiras - artigo. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, Recife, v. 2, n. 1, p. 251-271, 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/177/219>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.
- MACHADO, Iara. **O Brasil na África: uma análise das relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2012** - monografia. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2013. Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MELOS, Ana Carolina; MEROLA, Victor. As Relações Bilaterais Brasil-Nigéria: Um Estudo de caso do período colonial aos dias de hoje - artigo. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, v. 7, n. 13, p. 45-63, 2013. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/download/64963/37450>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.
- MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas - artigo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a01.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

NASCIMENTO, Alessandra. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil - artigo. **RBSE**, v. 9, n. 27, p. 923 a 944, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AlessandraArt.pdf>>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

PHILPOTT, Daniel. The Religious Roots of Modern International Relations - artigo. **World Politics**, v. 52, p. 206-45, 2000. Disponível em: <<https://ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Philpott.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

PINHEIRO, Luana, et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea SPM UNIFEM, 2008.

QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy - artigo. **Foreign Aff.**, v. 40, p. 19-27, 1961.

SANTOS, André L.; CORREIA, Marcos F.; OLIVEIRA, P. V. A Bahia e os seus fluxos e refluxos rumo à Mítica Mama África: um possível campo de exercício da cooperação Sul-Sul? – artigo. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, p. 87-100, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n76/0103-4979-ccrh-29-76-0087.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Edufba, 2005.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Pedro G. C. Um Coeficiente Religioso nas Teorias das Relações Internacionais? Paradigmas, teóricos e soft power - artigo. **Caderno de Relações Internacionais**, Recife, v. 3, n. 5, 2012. Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revistas/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/140/115>>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

THOMAS, Scott. **The global resurgence of religion and the transformation of international relations: The struggle for the soul of the twenty-first century**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WILKINSON, Paul. **International Relations**. New York: Sterling Publishing, 2010